STJ00111042

ANTONIO CARLOS MARCATO

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

18ª edição revista e atualizada

gen | atlas

STJ00111042

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: *25.09.2020*

- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 *by*
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1.384
São Paulo – SP 01203-904
www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.

- Capa: Aurélio Corrêa

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M262p
Marcato, Antonio Carlos

Procedimentos Especiais / Antonio Carlos Marcato. 18. ed. – São Paulo: Atlas, 2021.

Inclui índice
ISBN 978-85-97-02606-1

1. Processo civil – Brasil. I. Título.

20-66828 CDU: 347.91(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135

abdr
Respeite o direito autoral

1184208

SUMÁRIO

TÍTULO I
NOÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I - OS INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL 3

I - Jurisdição 3

1. Conceito e natureza jurídica 3
2. Características da jurisdição 5
3. Jurisdição civil 6
4. Características da jurisdição voluntária 9

II - Direito de ação 10

5. Conceito e natureza jurídica 10
6. Condições da ação 12
7. Elementos da ação 16
8. Reconvenção 21

III Direito de defesa 24

9. Conceito 24
10. Contestação 26

IV Processo 36

11. Introdução 36
12. Relação jurídica processual e sujeitos do processo 39
13. Pressupostos processuais 39
14. Categorias processuais 40
15. Formação do processo 41
16. Suspensão do processo 47
17. Extinção do processo 53

CAPÍTULO II - PROCEDIMENTO 56

I - Introdução 56

STJ00111042

18. Conceito de procedimento 56
19. Categorias procedimentais 57
20. Princípio da adaptabilidade do procedimento e negócio processual 58

II – Procedimentos especiais 59
21. Generalidades 59
22. Algumas características dos procedimentos especiais 60
23. Os procedimentos especiais do Código de Processo Civil 62

TÍTULO II
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS CONTENCIOSOS

CAPÍTULO I – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO 65

I – Introdução 65
24. O pagamento por consignação como modo anormal de extinção da obrigação 65
25. Situações autorizadoras do pagamento por consignação 65
26. Depósito extrajudicial e hipóteses de cabimento 68

II – A ação de consignação em pagamento 71
27. Extinção da obrigação pela via judicial 71
28. A ação de consignação em pagamento 71
29. Foro e juízo competentes 72
30. Ação de consignação em pagamento e prestações sucessivas 73
31. Valor da causa 74
32. Depósito judicial 75
33. Citação do réu 76
34. Direito de escolha da coisa devida 76
35. Defesas do réu 77
36. Complementação do depósito 79
37. Ação de consignação em pagamento fundada na dúvida quanto à titularidade do crédito 81
38. Natureza da sentença 82
39. Enfiteuse civil e enfiteuse administrativa: resgate do aforamento 83
» Fluxograma 1 – Procedimento do depósito extrajudicial 84
» Fluxograma 2 – Procedimento da ação de consignação em pagamento 85

STJ00111042

» Fluxograma 3 – Procedimento da ação de consignação em pagamento fundada na dúvida quanto à titularidade do crédito ... 86

» Fluxograma 4 – Procedimento da ação de consignação em pagamento de aluguéis e encargos da locação ... 87

CAPÍTULO II – AÇÃO DE EXIGIR CONTAS ... 88

40. Introdução ... 88
41. Natureza dúplice da ação de exigir contas e a legitimidade *ad causam* ... 88
42. Interesse de agir em juízo ... 89
43. Procedimento da ação de exigir contas ... 89
44. As contas apresentadas pelas partes ... 91
45. Prestação de contas por dependência ... 92

» Fluxograma 5 – Procedimento da ação de exigir contas ... 93

CAPÍTULO III – AÇÕES POSSESSÓRIAS ... 94

I – Introdução ... 94

46. Conceito de posse ... 94
47. Natureza jurídica e classificação da posse ... 95

II – As ações possessórias: generalidades ... 95

48. A tutela possessória ... 95
49. Fungibilidade das ações possessórias ... 96
50. Litisconsórcio passivo multitudinário ... 97
51. Cumulação de pedidos possessórios ... 97
52. Natureza dúplice das ações possessórias ... 98
53. Exceção de domínio ... 99
54. Adequação procedimental ... 101
55. Prestação de caução pelo autor ... 101
56. Competência para as ações possessórias ... 101
57. Legitimados para as ações possessórias ... 102

III – As ações de manutenção e de reintegração da posse ... 102

58. Introdução ... 102
59. Petição inicial e a prova da ofensa à posse ... 103
60. Justificação prévia da posse ... 103
61. Concessão liminar da tutela possessória ... 104
62. Inadmissibilidade de concessão de medida *inaudita altera parte* ... 105
63. Citação e resposta do réu ... 105

STJ00111042

64. Audiência de mediação nos litígios coletivos pela posse ou pela propriedade de imóvel 106
65. Adoção do procedimento comum 107

IV – O interdito proibitório 107
66. Introdução 107
67. Legitimidades ativa e passiva para o interdito proibitório 108
68. Procedimento do interdito proibitório 108
» Fluxograma 6 – Procedimento das ações possessórias 109
» Fluxograma 7 – Procedimento das ações possessórias envolvendo litígio coletivo 110

CAPÍTULO IV – AÇÃO DE DIVISÃO E AÇÃO DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES 111

I – Introdução 111
69. As ações demarcatória e divisória de terras particulares 111
70. Natureza dúplice das ações demarcatória e divisória 112
71. Legitimidades ativa e passiva para a ação demarcatória 113
72. Legitimidades ativa e passiva para a ação divisória 113
73. Foro competente 114
74. A eficácia das sentenças divisórias e demarcatórias 114
75. Cumulação de demandas 114
76. Demarcação e divisão consensuais 115
77. As ações dos confinantes prejudicados com a demarcação 115
78. A dispensa da prova pericial de imóvel georreferenciado 116

II – Ação demarcatória 117
79. Petição inicial 117
80. Ação demarcatória proposta por condômino 118
81. Citação dos réus 118
82. Postura dos réus 118
83. Adoção do procedimento comum 119
84. A prova pericial 119
85. Apresentação do laudo pericial 120
86. Julgamento do pedido demarcatório 120
87. Execução material da sentença de demarcação 120
88. ● encerramento da execução material da sentença demarcatória 121
89. Sentença homologatória da demarcação 121

STJ00111042

III – Ação divisória 121
90. Petição inicial 121
91. Citação, postura dos réus e julgamento do pedido divisório 121
92. Produção de prova pericial 122
93. Formulação dos pedidos de quinhões 122
94. Manifestação das partes sobre o laudo pericial 122
95. A exigência de respeito às benfeitorias permanentes 123
96. Ação de restituição de terrenos usurpados 123
97. O plano de divisão 124
98. A decisão de deliberação de partilha do imóvel 124
99. Execução material da divisão 124
100. Sentença homologatória da divisão 125
101. Disposições comuns 125
» Fluxograma 8 – Procedimento da ação divisória 126
» Fluxograma 9 – Procedimento da ação demarcatória 127

CAPÍTULO V – AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 128
102. Introdução 128
103. As hipóteses de dissolução parcial da sociedade 129
104. A dissolução parcial da sociedade composta por apenas dois sócios 131
105. As ações de dissolução parcial de sociedade em sentido amplo 131
106. A legitimidade *ad causam* para as ações de dissolução parcial de sociedade e ou de apuração de haveres 132
107. O procedimento da ação de dissolução ou resolução parcial da sociedade 133
108. O procedimento da ação de apuração de haveres 134
109. A fase de apuração de haveres 135
110. A fixação da data da resolução da sociedade 135
111. A definição do critério de apuração de haveres 135
112. A prova pericial 136
113. A conclusão da perícia de apuração de haveres 136
114. Pagamento dos haveres 136
» Fluxograma 10 Procedimento da ação de dissolução parcial de sociedade 137

STJ00111042

CAPÍTULO VI – INVENTÁRIO E PARTILHA 138

I – Introdução 138

115. O procedimento do inventário na legislação brasileira 138

II – O inventário 138

116. Introdução 138
117. O espólio 139
118. Inventário e partilha extrajudiciais 139
119. Inventário negativo 140
120. Prazos para a abertura e encerramento do inventário 141
121. A resolução de questões de alta indagação 141
122. Administrador provisório 142

III – Procedimento do inventário 142

123. Foro e juízo competentes 142
124. Legitimidade para requerer o inventário 143
125. Inventariante 144
126. Incumbências do inventariante 146
127. Remoção do inventariante 147
128. Primeiras declarações 148
129. Citação dos interessados 148
130. Intimação da Fazenda Pública e do Ministério Público 149
131. Impugnação às primeiras declarações 149
132. Admissão do interessado preterido 149
133. Avaliação dos bens 150
134. Laudo avaliatório e últimas declarações 151
135. Cálculo do imposto de transmissão *causa mortis* 151
136. Colação 152
137. Sonegação 154
138. Pagamento das dívidas 155
139. Habilitação do credor do espólio 155

IV – Partilha 156

140. Conceito de partilha 156
141. Modalidades de partilhas 157
142. Partilha em vida 158

STJ00111042

143. Partilha judicial 158
144. Regras para a definição da partilha 159
145. Reserva de bens ao nascituro 160
146. Esboço de partilha judicial 160
147. Manifestação dos interessados sobre o esboço de partilha 163
148. Elementos componentes da partilha judicial 163
149. Julgamento da partilha judicial 163
150. Formal de partilha 163
151. Emenda da partilha 164
152. Anulação da partilha amigável 164
153. Rescisão da partilha judicial 165

V – Arrolamento 165
154. Conceito de arrolamento 165
155. Modalidades de arrolamentos e seus requisitos 166
156. Procedimento do arrolamento sumário 166
157. Procedimento do arrolamento comum 168
158. Anulação e rescisão da sentença de partilha no arrolamento 169
159. Dispensa de inventário ou de arrolamento 169
160. Aplicação subsidiária das normas do inventário ao arrolamento 169

VI – Disposições comuns ao inventário e ao arrolamento 169
161. Introdução 169
162. Cessação da eficácia das medidas provisórias de urgência 170
163. Sobrepartilha 170
164. Curatela do herdeiro ausente ou incapaz 171
165. Cumulação de inventários 171
166. Habilitação de herdeiro representante 172
» Fluxograma 11 – Procedimento do inventário (I) 173
» Fluxograma 12 Procedimento do inventário (II) 174
» Fluxograma 13 – Procedimento de colações 175
» Fluxograma 14 – Procedimento de pagamento das dívidas 176
» Fluxograma 15 Procedimento da partilha judicial 177
» Fluxograma 16 – Procedimento do arrolamento sumário 178
» Fluxograma 17 Procedimento do arrolamento comum 179

STJ00111042

CAPÍTULO VII – EMBARGOS DE TERCEIRO 180
167. Responsabilidade patrimonial 180
168. Legitimidades ativa e passiva para a ação de embargos de terceiro 181
169. Finalidades dos embargos de terceiro 183
170. Momentos para a oposição dos embargos de terceiro 184
171. Juízo competente 185
172. Ajuizamento dos embargos e citação do embargado 185
173. Suspensão das medidas constritivas e a manutenção ou reintegração do embargante na posse do bem 186
174. Contestação e adoção do procedimento comum 186
175. Julgamento dos embargos de terceiro 186
176. Embargante com garantia real 187
» Fluxograma 18 – Procedimento dos embargos de terceiro 188

CAPÍTULO VIII – OPOSIÇÃO 189
177. Natureza jurídica da oposição 189
178. Modalidades de oposição 190
179. Oposição e embargos de terceiro 191
180. A facultatividade da oposição 191
181. Propositura da oposição: petição inicial e citação dos opostos 192
182. A relação litisconsorcial 193
183. Os comportamentos dos opostos 194
184. A relação de prejudicialidade entre a oposição e a ação original 195
» Fluxograma 19 – Procedimento da oposição 197

CAPÍTULO IX – HABILITAÇÃO 198
185. Conceito de habilitação 198
186. A habilitação voluntária 198
187. A habilitação compulsória 198
188. A inércia dos interessados na habilitação 199
189. A legitimidade para requerer a habilitação compulsória 199
190. A habilitação nos autos do processo principal 199
191. Processamento da ação de habilitação 200
192. Julgamento do pedido de habilitação 200
193. Sentença de habilitação 201
» Fluxograma 20 – Procedimento da habilitação 202

STJ00111042

CAPÍTULO X – AÇÕES DE FAMÍLIA 203
194. A família nas Constituições brasileiras 203
195. Natureza jurídica do Direito de Família 205
196. As denominadas *Ações de Família* 206
197. Procedimentos judiciais das ações de família 206
198. O procedimento estatuído pelo Código de Processo Civil de 2015 207
199. A busca de solução consensual para a resolução do litígio 207
200. Citação e posturas do réu 208
201. Fracionamento da audiência 209
202. Adoção do procedimento comum 209
203. A intervenção do Ministério Público 209
204. Abuso ou alienação parental 210
» Fluxograma 21 Procedimento das ações de família 211

CAPÍTULO XI – AÇÃO MONITÓRIA 212
205. Introdução 212
206. A ação monitória no atual Código de Processo Civil 215
207. Competência para a ação monitória 216
208. Inadmissibilidade de ação monitória em face de incapaz 216
209. Legitimidade para a ação monitória e o seu objeto 217
210. Exigência de prova escrita 219
211. Valor da causa 223
212. Indeferimento da petição inicial 223
213. Citação do réu 223
214. O mandado monitório: conceito e natureza jurídica 223
215. Cumprimento voluntário do mandado monitório 224
216. Inércia do réu e a conversão do mandado monitório em título executivo judicial 225
217. Inércia da Fazenda Pública 226
218. Embargos ao mandado monitório 226
219. Eficácia do mandado monitório 227
220. Rejeição liminar dos embargos 228
221. Embargos parciais 228
222. Respostas do embargado 229
223. Ônus da prova 229

STJ00111042

224. Julgamento dos embargos 230
225. Recurso 231
226. Cabimento de ação rescisória 231
227. Sanções por litigância de má-fé 231
228. A execução do título executivo judicial 231
» Fluxograma 22 – Procedimento da ação monitória 233

CAPÍTULO XII HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 234
229. Introdução 234
230. Conceito de penhor legal 234
231. Situações autorizadoras do penhor legal 234
232. O procedimento homologatório do penhor legal 235
233. Citação e posturas do réu 236
234. Audiência preliminar e conversão do procedimento 237
235. Homologação do penhor legal e a consolidação da posse sobre o bem empenhado 237
236. Negativa de homologação do penhor legal 237
237. Recurso 237
» Fluxograma 23 Procedimento de homologação do penhor legal 238

CAPÍTULO XIII – REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA 239
238. Conceito de avaria grossa 239
239. Regulador de avarias e suas funções 240
240. Procedimento de regulação judicial de avaria grossa 240
241. Competência para o procedimento judicial de regulação de avaria grossa 241
242. Fases da regulação judicial de avaria grossa 241
243. Remuneração do regulador judicial 243
» Fluxograma 24 – Procedimento de regulação de avaria grossa 244

CAPÍTULO XIV – RESTAURAÇÃO DE AUTOS 245
244. Introdução 245
245. Legitimados a promover a restauração 245
246. Situações particulares 245
247. Procedimento de restauração 246
248. Prosseguimento do processo nos autos restaurados 247

STJ00111042

249. Restauração no tribunal 247
250. Responsabilidade pela necessidade de restauração 248
» Fluxograma 25 – Procedimento da restauração de autos 249

TÍTULO III
PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS 253
251. Introdução: a jurisdição civil 253
252. A jurisdição voluntária 253
253. Características da jurisdição voluntária 254
254. O procedimento padrão de jurisdição voluntária 256
255. Atuação do Ministério Público 257
256. Atuação da Defensoria Pública 258
257. A intervenção da Fazenda Pública 258
258. Citação e manifestação dos interessados 259
259. Ônus da prova 259
260. Julgamento 259
261. Recurso 260
262. Hipóteses de adoção do procedimento-padrão 260
» Fluxograma 26 – Procedimento inominado dos artigos 719 a 724 do Novo Código de Processo Civil 266

CAPÍTULO II – NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO 267
263. Introdução 267
264. Conceitos de interpelação e de notificação 267
265. Procedimento da notificação e interpelação judiciais 268
266. Protesto judicial 269
267. Inadmissão de defesa pelo requerido 269
» Fluxograma 27 – Procedimento da notificação e da interpelação 271

CAPÍTULO III – ALIENAÇÃO JUDICIAL 272
268. Introdução 272
269. Alienação judicial incidental e alienação judicial autônoma 273
270. Procedimento da alienação judicial incidental 273
271. O direito de preferência na alienação de bem comum 274
» Fluxograma 28 – Procedimento da alienação judicial (NCPC, art. 730) ... 276

STJ00111042

CAPÍTULO IV – DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO CONSENSUAIS, EXTINÇÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL E ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO MATRIMÔNIO 277

I – O vínculo matrimonial e a sociedade conjugal 277

272. Introdução 277

II – Divórcio 277

273. Generalidades 277
274. Efeitos do divórcio 279
275. Registro da sentença de divórcio 279

III – Separação dos cônjuges 280

276. Separação legal 280
277. Efeitos da separação 280
278. Restauração da sociedade conjugal 280
279. Homologação do divórcio ou da separação consensuais 281
280. Partilha posterior dos bens do casal 281

III – União estável 281

281. Introdução 281
282. Conceito de união estável 282
283. Pressupostos para a caracterização da união estável 283
284. Direitos e deveres dos companheiros 284
285. Conversão da união estável em casamento 284
286. Homologação da extinção consensual da união estável 284
287. Separação, divórcio e extinção da união estável pela via administrativa 285

IV – Regime de bens entre cônjuges 285

288. Introdução 285
289. Princípios regentes do regime de bens 286
290. Gestão patrimonial 287
291. Pacto antenupcial 290
292. Regime de comunhão parcial de bens 291
293. Regime de comunhão universal de bens 293
294. Regime de participação final nos aquestos 295
295. Regime de separação total de bens 297
296. Procedimento judicial para a alteração do regime de bens do casamento 298

» Fluxograma 29 – Procedimento do divórcio e da separação consensuais 299

» Fluxograma 30 – Procedimento para a alteração do regime de bens do matrimônio 300

STJ00111042

CAPÍTULO V – TESTAMENTOS E CODICILOS 301

297. Conceito de testamento 301
298. Modalidades testamentárias 301
299. Procedimentos para o cumprimento de testamentos 303
300. Procedimento de abertura, registro e cumprimento do testamento cerrado (CPC, art. 735) 303
301. Procedimento para o cumprimento de testamento público 304
302. Procedimento de confirmação do testamento particular 304
303. Busca e apreensão do testamento 305
304. Procedimento para o cumprimento dos testamentos especiais e do codicilo 305
305. Execução do testamento ou do codicilo 306

» Fluxograma 31 Procedimento de abertura, registro e cumprimento dos testamentos cerrado e público 310

» Fluxograma 32 – Procedimento de confirmação, registro e cumprimento dos testamentos particulares e especiais e do codicilo ... 311

CAPÍTULO VI – HERANÇA JACENTE 312

306. Conceito de herança jacente 312
307. Arrecadação da herança jacente 313
308. Curatela dos bens arrecadados 313
309. Procedimento da arrecadação 314
310. Cancelamento ou suspensão da arrecadação 315
311. Encerramento da arrecadação 315
312. Habilitação do interessado na herança jacente 315
313. Alienação de bens 316
314. Declaração de vacância 317

» Fluxograma 33 Procedimento de arrecadação de herança jacente 319

CAPÍTULO VII – BENS DOS AUSENTES 320

I – Conceito de ausência civil 320

315. Introdução 320
316. Fases da declaração de ausência 320

II – Curadoria do ausente e arrecadação de seus bens 321

317. Procedimento de arrecadação 321
318. Legitimidade para requerer a arrecadação 321

STJ00111042

319. Justiça competente para a declaração de ausência 321
320. Foro competente para a declaração de ausência 321
321. Curadoria do ausente 321
322. Cientificação da arrecadação 322
323. Cessação da curadoria do ausente 322

III – Sucessão provisória 322
324. O decurso do prazo 322
325. Legitimidade para requerer a abertura provisória da sucessão 323
326. Citação dos interessados 323
327. Sentença de abertura provisória da sucessão e seus efeitos 323
328. Caução de restituição dos bens ao ausente 324
329. Restituição dos bens 324
330. Jacência da herança 324

IV – Sucessão definitiva 324
331. Conversão da sucessão provisória em definitiva 324
332. Efeitos da declaração de ausência 324
333. Declaração de ausência e morte presumida para fins previdenciários 325
» Fluxograma 34 – Procedimento de declaração de ausência 1ª fase: a curadoria do ausente 326
» Fluxograma 35 – Procedimento de declaração de ausência 2ª fase: a sucessão provisória do ausente 327
» Fluxograma 36 – Procedimento de declaração de ausência 3ª fase: a sucessão definitiva do ausente 328

CAPÍTULO VIII – COISAS VAGAS 329
334. Conceito de descoberta 329
335. O descobridor 329
336. Destinação a ser dada à coisa achada e a responsabilidade civil do descobridor 330
337. Fixação da recompensa devida ao descobridor 330
338. Instauração do procedimento judicial 330
339. Foro competente para o procedimento judicial de arrecadação 330
340. Divulgação da descoberta 331
341. Reclamação da coisa achada 331
342. Participação do Ministério Público e da Fazenda Pública 331
343. Alienação da coisa achada 331

STJ00111042

344. Adjudicação da coisa pelo descobridor 332
345. Bem deixado em estabelecimento comercial 332
346. Coisa produto de crime 332
» Fluxograma 37 – Procedimento de arrecadação de coisas vagas 333

CAPÍTULO IX – CURATELA DE INTERDITOS 334

I – Conceito de interdição 334
347. Incapacidade civil 334
348. Pessoas incapazes e o *Estatuto da Pessoa com Deficiência* 334
349. Tomada de decisão apoiada 335
350. Situações particulares de incapacidade 337

II – Procedimento da interdição 337
351. Competência 337
352. Legitimidade ordinária para requerer a interdição 338
353. Legitimidade do Ministério Público 339
354. Petição inicial e seus requisitos 339
355. Curatela provisória 340
356. Citação e entrevista do interditando 340
357. Impugnação ao pedido de interdição 341
358. Produção de prova pericial 341
359. Sentença de interdição 342
360. Curatela compartilhada 343
361. Efeitos da interdição 343
362. Levantamento da curatela e levantamento parcial da interdição 343
363. A extensão da autoridade do curador 344
364. A assistência a ser prestada ao interdito para a conquista de autonomia 345
365. A assistência a ser prestada ao interdito que não possa exprimir sua vontade 345
» Fluxograma 38 – Procedimento da interdição 346
» Fluxograma 39 – Procedimento de levantamento da curatela 347

CAPÍTULO X – DISPOSIÇÕES COMUNS À TUTELA E À CURATELA 348
366. Representação legal dos incapazes 348
367. A figura do protutor 348
368. Compromisso para o exercício da tutela ou da curatela 349

STJ00111042

369. Prestação de caução pelo tutor ou curador 349
370. Responsabilidade do juiz 349
371. Curatela do nascituro 350
372. Escusa do encargo 350
373. Procedimento para a escusa do encargo 350
374. Remoção do tutor ou do curador 351
375. Procedimento da remoção 351
376. Suspensão do encargo 351
377. Exoneração do encargo e prestação de contas 351
» Fluxograma 40 – Procedimento de nomeação de tutor ou de curador ... 353
» Fluxograma 41 – Procedimento de remoção do tutor ou do curador ... 354

CAPÍTULO XI – DA ORGANIZAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES 355
378. Conceito de fundação 355
379. Espécies de fundações 355
380. Instituição da fundação privada e necessidade de aprovação pelo Ministério Público 356
381. Alterações estatutárias 357
382. Extinção da fundação 358
» Fluxograma 42 – Procedimento da organização e fiscalização das fundações 359
» Fluxograma 43 – Procedimento da extinção da fundação 360

CAPÍTULO XII – RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E DOS PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO 361
383. Introdução 361
384. Procedimento de ratificação judicial do protesto formado a bordo 362
385. O requerimento de ratificação 362
386. Instauração do procedimento 362
387. Audiência de instrução e sentença de ratificação 363
» Fluxograma 44 – Procedimento da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo ... 364

BIBLIOGRAFIA 365

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 375